

36º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**BRUNO WILHELM SPECK
WAGNER PRALON MANCUSO**

**FINANCIAMENTO, CAPITAL POLÍTICO E GÊNERO: UM
ESTUDO DE DETERMINANTES DO DESEMPENHO ELEITORAL
NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS DE 2010.**

**GT13 - FINANCIAMENTO POLÍTICO NO BRASIL: O IMPACTO
DO DINHEIRO SOBRE PARTIDOS, ELEIÇÕES, CANDIDATOS E
REPRESENTANTES.**

**ÁGUAS DE LINDÓIA
OUTUBRO-2012**

Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010.

Bruno Wilhelm Speck*

Wagner Pralon Mancuso*

Quem é mais votado e por quê? Na busca pelas razões que explicam o sucesso eleitoral, três fatores ganharam destaque na literatura acadêmica.

Um fator importante para o sucesso nas urnas consiste na mobilização de recursos para financiar a campanha eleitoral. A natureza desta relação entre dinheiro e disputa eleitoral tem ocupado a ciência política desde que dispomos de dados sistemáticos sobre o financiamento. A pesquisa fez progresso em analisar a relação entre dinheiro e voto e identificou padrões específicos, como no trabalho de Jacobson (1978) sobre *incumbents* e *challengers* e de Coate (2004) sobre o valor informacional dos gastos eleitorais. Por outro lado o campo das disputas eleitorais é permeado por relações causais multidirecionais, porque o dinheiro produz voto, mas ao mesmo tempo a expectativa do voto induz doações e adicionalmente ambos são resultado de características dos candidatos e dos doadores (Stratman 2005).¹

Outro fator muito importante para o sucesso na eleição seguinte é o resultado de disputas passadas. Quem teve sucesso no último pleito terá mais chance de se sair bem na eleição seguinte. Esta correlação pode tanto expressar uma relação de causa e efeito – o sucesso no passado causou bons resultados no próximo pleito – ou ela pode remeter a uma causa comum – os dois resultados se devem a características do candidato que estão presentes nos dois pleitos. De toda forma a alta taxa de recandidaturas expressa um elemento de inércia que caracteriza as democracias representativas contemporâneas, como apontam Norris e Inglehart (2003). Quem entrou na política tende a ficar na política.

* Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

* Professor do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

¹ Para um balanço da literatura sobre determinantes e consequências do financiamento político no Brasil, ver Mancuso (2012).

Finalmente, a relação entre gênero e sucesso eleitoral ganhou visibilidade em publicações mais recentes. A busca pelos fatores explicativos da baixa presença das mulheres nas casas legislativas - 20% na média mundial, 8,6% na Câmara dos Deputados no Brasil² - passa, por exemplo, pela cultura política, pois as mulheres parecem mostrar formas diferentes e próprias de engajamento (Coffe & Bolzendahl 2010) e valores políticos (Inglehardt e Norris 2000). Outras abordagens apontam para questões institucionais, como o sistema eleitoral e o papel central dos partidos políticos (Htun 2005). O tema que domina o debate recente é a questão das cotas femininas, adotadas em alguns países como medida para aumentar a representação feminina³.

Discutiremos neste artigo a influência desses três fatores sobre o desempenho eleitoral no Brasil. O recorte da pesquisa se refere às eleições para deputado federal e deputado estadual em 2010. Trabalhamos com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral⁴. O artigo é dividido em quatro seções. Na primeira fazemos um breve balanço da literatura que relaciona desempenho eleitoral a cada um dos três elementos apontados acima. A segunda seção apresenta a escolha das variáveis e dados usados no trabalho, bem como a hipótese a ser testada. Na terceira seção apresentamos os testes estatísticos desta hipótese. A quarta seção contém as considerações finais e discute desafios para análises posteriores.

I – Breve resenha da literatura

Financiamento eleitoral

As pesquisas sobre o financiamento da política no Brasil surgiram com a disponibilidade de dados da prestação de contas dos candidatos. Os primeiros trabalhos de Samuels (2001) se basearam em dados parciais sobre o financiamento das eleições de 1994 e 1998.⁵ Desde 2002, a Justiça Eleitoral produz dados completos sobre o financiamento de todos os candidatos para

² Dados da Inter-Parliamentary Union atualizados de 31 de julho 2012: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

³ Ohman (2011) apresenta um balanço das recentes tendências mundiais no uso de financiamento público para encorajar os partidos políticos a aumentar a igualdade de gênero entre os candidatos que apresentam às eleições.

⁴ Disponíveis em <http://www.tse.jus.br>

⁵ Os dados coletados por Samuels para estes pleitos não abrangem todos os candidatos para todos os cargos.

todos os cargos⁶ e, a partir da eleição de 2010, estes dados também incluem os recursos que passam pelos partidos políticos. A quantidade e a qualidade dos trabalhos empíricos sobre o financiamento das eleições aumentou na mesma proporção em que as informações se tornaram mais completas, acessíveis e consistentes. Vários trabalhos mostraram que a distribuição de recursos financeiros nas campanhas eleitorais está ligada ao sucesso na obtenção de votos. As primeiras análises sobre a relação entre dinheiro e voto, desenvolvidas por Samuels (2001), mostraram alta correlação entre ambos. Este autor identificou associação positiva e estatisticamente significativa entre recursos e votos nas eleições de 1994 e 1998 para deputado federal. Marcelino (2010) encontrou associação positiva e significativa entre gastos de campanha e votos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2002 e 2006. Figueiredo Filho (2009) e Peixoto (2004, 2010) também apontam relação positiva e significativa entre as variáveis nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2006.

Capital político

As análises sobre o impacto do capital político de candidatos em eleições futuras se desenvolvem em dois âmbitos diferentes. O primeiro focaliza exclusivamente o grupo de deputados que concorre à reeleição, e compara o desempenho destes deputados durante o mandato com o sucesso obtido nas urnas nas eleições seguintes. O segundo aborda todos os candidatos, e compara o desempenho eleitoral do subgrupo de candidatos à reeleição com o dos demais candidatos.

Leoni, Pereira e Rennó (2003) avaliam características políticas e o desempenho dos legisladores para prever a sua decisão de concorrer ou não à reeleição. Em estudos subsequentes, Pereira e Rennó (2007) contrastam indicadores de desempenho durante o mandato com os resultados eleitorais dos candidatos à reeleição. O enfoque destes estudos é posto exclusivamente sobre o subgrupo relativamente homogêneo de candidatos à reeleição. A quantidade de informações disponíveis sobre seu desempenho na arena

⁶ Os dados sobre o financiamento das candidaturas são apresentados na forma de prestações de contas de candidatos individuais ou de comitês.

parlamentar permite comparações importantes sobre as “estratégias para sobreviver politicamente”.⁷

Quando passamos para o segundo grupo de estudos, a heterogeneidade do objeto estudado aumenta e, ao mesmo tempo, o acesso às informações se torna mais difícil. Por causa disso, o típico desenho de pesquisa é a comparação do desempenho dos candidatos à reeleição com o dos demais candidatos. O elemento “*incumbency*” é tomado como *proxy* de capital político. Por exemplo, em uma análise do efeito de vários fatores sobre o sucesso eleitoral dos candidatos a deputado federal em 2002, Araújo e Alves (2007) mostram que a chance de vitória dos candidatos à reeleição é vinte e seis vezes maior que a dos outros candidatos. O fator reeleição tem efeito superior a todos os outros fatores socioeconômicos analisados no estudo, tais como escolaridade, idade e sexo. Perissinotto e Miriade (2009) constataam em sua análise do perfil sociológico dos candidatos a deputado federal em 2006 uma razão de chances dez vezes maior para aqueles que já ocupam algum cargo político (incluindo vereador) em comparação com o outro grupo. Enquanto as pesquisas sobre o legislativo e carreiras políticas reconhecem a importância da experiência política prévia (Miguel 2003), as análises sobre o desempenho eleitoral ainda não incorporaram uma descrição mais detalhada do efeito desta experiência nas análises sobre o sucesso eleitoral. Na maioria dos estudos o elemento “*incumbency*” é tomado como *proxy* de capital político.

Gênero e representação política

A pesquisa sobre gênero e sucesso eleitoral no Brasil foi tema de estudos que ressaltam a baixa representação das mulheres em todos os âmbitos federativos. A subrepresentação das mulheres é menos acentuada no âmbito da política local e nas regiões menos desenvolvidas (Miguel e Queiroz, 2006). O sistema de eleições proporcionais no Brasil favorece a representação de minorias e a obrigatoriedade de cotas a partir de 2006 aumentou o número de mulheres entre os candidatos. (Sacchet 2012). Por outro lado o sistema de listas abertas coloca a decisão nas mãos dos eleitores e atitudes

⁷ Este é parte do título do artigo de Leoni, Pereira e Renno (2004).

conservadores quanto ao papel da mulher na política dificultam o sucesso na arena eleitoral (Bohn 2008).

Outro tema é o papel dos partidos políticos. As estruturas institucionais de recrutamento e seleção de candidatos, bem como o compromisso programático de promover a igualdade de gênero, são decisivos para promover ou dificultar candidaturas femininas dentro dos partidos (Sacchet 2005). Os partidos políticos são vistos como entraves para o aumento da participação feminina nos espaços representativos. Enquanto os partidos brasileiros recrutam praticamente o mesmo número de mulheres e homens entre os seus filiados (Alvares 2008) diferentes processos seletivos reduzem a participação das mulheres na ascensão para funções dentro do partido e candidaturas nas eleições (Meneguello et alii 2012), Estudos recentes mostraram que a dificuldade de eleição das mulheres também passa pela questão do financiamento das campanhas (Sacchet & Speck 2012).

Porém, a presença das mulheres no legislativo não representa necessariamente um avanço nas políticas de igualdade de gênero. A defesa das causas feministas passa mais pelos representantes dos partidos de esquerda e não necessariamente pelo contingente de mulheres no legislativo (Htun e Power 2006).

II – Variáveis e hipótese de trabalho

Dados sobre financiamento

A variável independente principal é “financiamento político”. Optamos por medir o financiamento dos candidatos individuais nas eleições para deputado federal e estadual. Não são levados em conta os recursos gastos pelos diretórios dos partidos e pelos comitês. Trabalhamos com os dados da receita total.⁸ Os dados são declarados pelos candidatos organizados e divulgados pela Justiça Eleitoral.

Os diferentes padrões de financiamento entre vários cargos e estados torna a comparação dos dados difícil. Em média, as disputas pelas vagas nas assembleias legislativas são menos caras que as disputas pela Câmara dos

⁸ Via de regra a receita total corresponde às despesas. Porém alguns candidatos transferem parte de seus recursos para os partidos políticos ou para outras candidaturas. Eventualmente pode ocorrer saldo positivo ou negativo entre receitas e despesas, que deverá ser liquidado através de transferências do partido ou para ele.

Deputados. Adicionalmente os custos das disputas eleitorais variam entre estados, dependendo de fatores como o número de eleitores, a densidade geográfica, o poder econômico da região, a competitividade das eleições, entre outros. A arrecadação de mil reais no Paraná e em Roraima não representa o mesmo sucesso.

Para tornar os dados comparáveis, calculamos um índice de arrecadação que indica a proporção do financiamento recebido por um candidato em relação ao total recebido por todos os candidatos ao mesmo cargo, no mesmo distrito. Por exemplo, imagine-se que todos os candidatos a deputado federal no estado da Bahia arrecadaram juntos 20 milhões de Reais. O candidato A arrecadou 200 mil Reais. O índice de financiamento deste candidato será 1. A soma dos valores atribuídos aos candidatos em um estado para um cargo será sempre 100. Adotamos esta solução para enfrentar a variação do custo das eleições por estado e por cargo. Enquanto os valores absolutos permitem uma análise dos dados do financiamento somente estado por estado, este indicador que mede o sucesso relativo de arrecadação por candidato permite fazer comparações entre todos os candidatos, independente da divisão territorial.

Dados sobre capital político

Na análise sobre o capital político recorreremos à variável dummy de *incumbent*, que identifica os candidatos à reeleição ao mesmo cargo e os separa dos demais candidatos. Definimos *incumbent* como o candidato vitorioso na eleição anterior e que opta por disputar a reeleição para o mesmo cargo. Os outros candidatos são os *challengers* ou desafiantes. Neste trabalho não consideramos como *incumbents* os candidatos que, ao longo da legislatura anterior, assumiram como suplentes os cargos de deputado federal ou estadual. Por outro lado, consideramos como incumbents os candidatos à reeleição que tenham se afastado do exercício do mandato, por qualquer período, para assumir outros postos tais como ministérios, secretarias etc.⁹

⁹ Em outro trabalho (Mancuso & Speck, 2012) incluímos os suplentes entre os incumbents.

Para montar a base de dados recorreremos aos registros sobre resultados eleitorais do TSE.¹⁰

Dados sobre sexo

Os dados sobre o sexo dos candidatos constam da base de dados do TSE e foram incluídos como terceira variável independente.

O sucesso eleitoral

A variável dependente desta análise é o sucesso eleitoral. Há duas formas mais usuais de medir-se o sucesso eleitoral: pelo critério dos votos alcançados por cada candidato ou pelo resultado oficial das eleições, separando eleitos dos não eleitos. No primeiro caso obtemos uma variável contínua, no segundo uma variável dicotômica.

Do ponto de vista da análise estatística os votos representam uma variável contínua, enquanto o resultado eleitoral produz uma variável dicotômica. Porém, as diferenças entre as duas escolhas vão além do tratamento estatístico. Por um lado, quando se usa a votação nominal como indicador de sucesso eleitoral, afere-se de forma mais precisa o desempenho individual, mas desconsidera-se o fato de que, em última instância, a disputa eleitoral é sobre ganhar ou não ganhar um mandato político. Obter os primeiros 100 votos é menos importante do que conseguir 100 votos adicionais que levam o candidato do grupo dos perdedores para o grupo dos eleitos. Por outro lado, a adoção do critério eleito versus não eleito reconhece esta característica das eleições. Porém, ele se mostra menos preciso na identificação do desempenho individual de cada candidato.

Escolhemos então uma solução alternativa, que combina as vantagens das duas medidas: medir o desempenho dos candidatos e, ao mesmo tempo, dividi-los em dois grupos: o grupo dos mais votados e o grupo dos outros.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias legislativas no Brasil, a distribuição das cadeiras entre os partidos ou coligações partidárias é feita segundo o sistema de representação

¹⁰ Outros trabalhos que identificam o impacto do capital político sobre desempenho eleitoral trabalham com os dados de ocupação declarada dos candidatos (Perissinotto e Miriade 2009). Vale notar que estas informações tendem a subestimar a experiência política porque se baseiam na autodeclaração da ocupação pelos candidatos junto à justiça eleitoral. Frequentemente os ocupantes de cargos eletivos indicam a profissão civil como ocupação, o que leva a subestimar o grupo dos políticos profissionais.

proporcional. Concluída a apuração dos votos, calcula-se, em primeiro lugar, o quociente eleitoral, que é o resultado da divisão do total de votos válidos em um distrito (votos nominais e em legenda) pelo número de cadeiras disponíveis naquele distrito¹¹. Calcula-se, em seguida, o quociente partidário, que é resultado da divisão dos votos válidos de cada partido ou coligação pelo quociente eleitoral. As cadeiras que sobram são distribuídas pelo critério da média¹². O quociente partidário e a distribuição das cadeiras que sobram pelo critério da média definem o número de cadeiras que caberão aos partidos ou coligações. São eleitos os candidatos mais votados de cada partido ou coligação, conforme o número de cadeiras a que os partidos e coligações fizeram jus. Por causa deste sistema de distribuição de cadeiras, os candidatos individualmente mais votados nem sempre são eleitos. De fato, 9,9% dos deputados federais eleitos em 2010 (51 em 513) não estavam entre os mais votados em seus distritos, conforme o número de cadeiras em disputa. Da mesma forma, 13,2% dos deputados estaduais eleitos em 2010 (140 em 1059) não estavam entre os mais votados em seus distritos. Sendo assim, adotamos neste artigo a distinção básica entre candidatos mais votados e menos votados, em vez de distinguirmos entre eleitos e não-eleitos. Formam o grupo dos candidatos mais votados aqueles candidatos que obtiveram melhor desempenho eleitoral individual, em número de votos, conforme o número de cadeiras em disputa. Para isso, primeiro ordenamos todos os candidatos individuais pelos votos nominais obtidos. Esta lista, feita em cada estado, trata os candidatos individualmente, não levando em conta as listas dos partidos ou coligações. No segundo passo separamos estes candidatos em dois grupos, estabelecendo como linha de corte o número de vagas a preencher em cada circunscrição. Por exemplo, o estado de Espírito Santo elege 10 Deputados Federais. Se houver 300 candidatos estes são ordenados pelos votos nominais obtidos. Os primeiros 10 deputados mais votados entram no grupo dos mais votados e os outros 290 estão no grupo dos menos votados.

¹¹ Nos dois casos os distritos eleitorais são os vinte e seis estados e o Distrito Federal. A magnitude dos distritos para a Câmara dos Deputados varia entre o mínimo de oito e o máximo de setenta cadeiras. Para as assembleias legislativas a magnitude varia entre o mínimo de vinte e quatro e o máximo de noventa e quatro cadeiras.

¹² A fórmula de cálculo da média é a seguinte: votos válidos do partido ou coligação / número de vagas pelo quociente partidário + número de vagas pela média + 1.

A hipótese

A hipótese central deste artigo é que existe associação positiva e estatisticamente significativa entre financiamento político e desempenho eleitoral nas eleições para deputado estadual e para deputado federal no Brasil, mesmo controlando por outras variáveis como sexo e capital político. Em outras palavras, a hipótese é que o aumento no financiamento político de um candidato aumenta a chance deste candidato de figurar no grupo dos mais votados.

III – Análise dos dados

A tabela 1 mostra algumas estatísticas descritivas para ilustrar a diferença entre o financiamento recebido pelos candidatos mais votados e os demais¹³. Qualquer que seja a estatística escolhida, fica muito claro que o montante de financiamento recebido pelo primeiro grupo é significativamente superior ao recebido pelo segundo. Por exemplo, no caso dos deputados estaduais, o valor médio recebido pelos candidatos mais votados é 9,4 vezes superior ao recebido pelos menos votados; e o valor mediano, menos sensível a variações nos extremos, é 34 vezes maior para o primeiro grupo. No caso dos deputados federais, os candidatos mais votados receberam, em média, um financiamento 12,1 vezes maior que os demais. O valor mediano dos candidatos mais votados a deputado federal é 110 vezes maior que o recebido pelos outros candidatos.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas de financiamento político para candidatos a deputado estadual e federal em 2010. Comparação por desempenho eleitoral (% do financiamento total para o cargo, no estado)

		25º percentil	Mediana	Média	75º percentil	N
Deputado estadual	Mais votado	0,56	1,02	1,32	1,75	1059
	Menos votado	0,01	0,03	0,14	0,12	9119
Deputado federal	Mais votado	1,08	2,20	3,38	4,31	511
	Menos votado	0,00	0,02	0,28	0,12	3487

Fonte: TSE

Entretanto, ao analisar-se o efeito da variável independente “financiamento político” sobre a variável dependente “desempenho eleitoral”, é

¹³ Todas as tabelas a seguir que apresentam valores de financiamento incluem apenas os candidatos que declararam alguma receita à Justiça Eleitoral.

fundamental levar-se em conta o possível impacto de outros elementos sobre ambas as variáveis. Como explicado nas páginas anteriores, destacamos neste trabalho o efeito de dois elementos cuja importância é ressaltada pela literatura: *incumbency* e gênero.

É razoável esperar que haja associação positiva e significativa entre *incumbency* e desempenho eleitoral, porque os *incumbents* podem usar seus mandatos para construir ou reforçar laços com o eleitorado através, por exemplo, do atendimento a demandas paroquiais e/ou do desempenho das atividades legislativas e fiscalizadoras típicas do trabalho parlamentar. A tabela 2 mostra que a associação esperada verificou-se nas eleições de 2010. Em todo o Brasil, os *incumbents* representaram apenas 5,8% dos candidatos às assembleias legislativas (726 em 12596) e 7,3% dos candidatos à Câmara dos Deputados (355 em 4886). Todavia, a proporção de *incumbents* entre os mais votados sobe, respectivamente, a 53,3% (564 em 1059) e 54,4% (279 em 513). O teste qui-quadrado sugere que é ínfima a chance de erro em apontar associação entre as variáveis. Os resíduos ajustados mostram que há muito mais *incumbents* entre os mais votados do que seria esperado, caso as variáveis fossem desassociadas¹⁴. A chance de um *incumbent* estar no grupo dos mais votados é 80 vezes maior que a chance de estar no outro grupo, no caso dos candidatos a deputado estadual; e 67,4 vezes maior, no caso dos candidatos a deputado federal.

¹⁴ Quando o *p-value* do teste qui-quadrado é menor ou igual a 0,05, a análise dos resíduos ajustados fornece informações adicionais importantes. Célula por célula, o resíduo ajustado indica que há significativamente mais casos que o esperado quando é igual ou maior que +2,0, e que há significativamente menos casos que o esperado quando é igual ou menor que -2,0. O valor absoluto do resíduo ajustado indica a força da associação positiva ou negativa.

**Tabela 2 – Desempenho eleitoral por incumbency.
Candidatos a deputado estadual e federal em 2010.**

		Mais votados	Outros	Total
Deputado estadual	Incumbents	564 53,3% 69,3	162 1,4% -69,3	726 5,8%
	Outros	495 46,7% -69,3	11375 98,6% 69,3	11870 94,2%
	Total	1059	11537	12596
	$\chi^2 = 4801,669$ (0,000) Odds ratio = 80,004			
Deputado federal	Incumbents	279 54,4% 43,5	76 1,7% -43,5	355 7,3%
	Outros	234 45,6% -43,5	4279 98,3% 43,5	4531 92,7%
	Total	513	4373	4886
	$\chi^2 = 1888,827$ (0,000) Odds ratio = 67,412			

Fonte: TSE

Também é razoável esperar associação entre *incumbency* e a variável independente, ou seja, o financiamento político. Por um lado, os *incumbents* podem levantar mais recursos que os *challengers* porque já possuem um registro de desempenho para orientar potenciais doadores. Por outro lado, os doadores podem preferir os *incumbents* justamente por saberem que estes têm maior chance de sucesso eleitoral, o que tornaria seu investimento político mais seguro. A tabela 3 apresenta evidências nesse sentido. Independentemente da estatística descritiva escolhida, o valor levantado pelos *incumbents* que são candidatos à reeleição para as assembleias legislativas e para a Câmara dos Deputados é muitas vezes maior que o valor obtido pelos demais candidatos.

**Tabela 3 – Estatísticas descritivas de financiamento político para candidatos a deputado estadual e federal em 2010. Comparação por incumbency.
(% do financiamento total para o cargo, no estado)**

		25º percentil	Mediana	Média	75º percentil	N
Deputado estadual	Incumbents	0,54	0,96	1,26	1,64	723
	Outros	0,01	0,03	0,19	0,14	9455
Deputado federal	Incumbents	0,97	2,11	3,14	3,87	354
	Outros	0,00	0,02	0,43	0,16	3644

Fonte: TSE

O gênero do candidato é outro elemento que, segundo a literatura, pode exercer impacto sobre o desempenho eleitoral e o montante de financiamento recebido. Em primeiro lugar é importante destacar a sub-representação das mulheres no universo de candidatos. Nas eleições de 2010, a proporção de candidatas às assembleias legislativas foi de 20,9% (2638 em 12598) e, à Câmara dos Deputados, de 19,1% (933 em 4886). Estes percentuais são obviamente muito baixos, pois as mulheres representam cerca de metade da população e do eleitorado nacionais. Todavia, a proporção de mulheres entre os candidatos mais votados é ainda menor: apenas 13% (138 em 1059) nos legislativos estaduais e 9% na Câmara dos Deputados (46 em 513). A tabela 4 aponta nítida associação negativa entre sexo feminino e desempenho eleitoral, ou seja, mesmo levando-se em conta que há menos candidatas que candidatos, ainda assim há menos mulheres entre os mais votados do que seria esperado. A chance de uma mulher estar no grupo dos mais votados corresponde a 54,2% da chance de estar no outro grupo, no caso dos candidatos a deputado estadual; e a 38,7%, no caso dos candidatos a deputado federal

**Tabela 4 – Desempenho eleitoral por gênero.
Candidatos a deputado estadual e federal em 2010.**

		Mais votados	Outros	Total
Deputado estadual	Homens	921 87,0% 6,6	9037 78,3% -6,6	9958 79,1%
	Mulheres	138 13,0% -6,6	2500 21,7% 6,6	2639 20,9%
	Total	1059	11537	12596
	$\chi^2 = 43,715$ (0,000) Odds ratio = 0,542			
Deputado federal	Homens	467 91,0% 6,2	3486 79,7% -6,2	3953 80,9%
	Mulheres	46 9,0% -6,2	887 20,3% 6,2	933 19,1%
	Total	513	4373	4886
	$\chi^2 = 38,061$ (0,000) Odds ratio = 0,387			

Fonte: TSE

A literatura recente (Sacchet & Speck, 2011) sugere que gênero e financiamento estão associados entre si, e não apenas ao desempenho

eleitoral. Os dados da tabela 5 confirmam isto. Nas estatísticas descritivas apresentadas abaixo, o financiamento político dos homens é consistentemente superior ao das mulheres. O valor médio arrecadado pelos homens é 27,2% maior que o das mulheres entre os candidatos às assembleias legislativas e 47,9% maior entre os candidatos à Câmara dos Deputados. Em termos de valor mediano, a diferença é, respectivamente, de 100% e 200%.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas de financiamento político para candidatos a deputado estadual e federal em 2010. Comparação por gênero.
(% do financiamento total para o cargo, no estado)

		25º percentil	Mediana	Média	75º percentil	N
Deputado estadual	Homens	0,01	0,04	0,28	0,24	8303
	Mulheres	0,00	0,02	0,22	0,11	1875
Deputado federal	Homens	0,01	0,03	0,71	0,35	3355
	Mulheres	0,00	0,01	0,48	0,13	643

Fonte: TSE

Cabe, ainda, investigar a associação entre *incumbency* e gênero e destas duas variáveis, simultaneamente, com o financiamento político. A tabela 6 mostra que as mulheres estão significativamente subrepresentadas no grupo de incumbents que disputam reeleição, tanto entre os candidatos às assembleias legislativas, quanto entre os candidatos à Câmara dos Deputados. A chance de uma mulher estar entre os incumbents corresponde a 43,8% da chance de estar no outro grupo, no caso dos candidatos a deputado estadual; e a 37,1%, no caso dos candidatos a deputado federal.

Tabela 6 – Incumbency por gênero.
Candidatos a deputado estadual e federal em 2010.

		Incumbents	Outros	TOTAL
Deputado estadual	Homens	648 89,3% 7,0	9310 78,4% -7,0	9958 79,1%
	Mulheres	78 10,7% -7,0	2560 21,6% 7,0	2638 20,9%
	Total	726	11870	12596
	$\chi^2 = 48,404 (0,000)$ Odds ratio = 0,438			
Deputado federal	Homens	325 91,5% 5,3	3628 80,1% -5,3	3953 80,9%
	Mulheres	30 8,5% -5,3	903 19,9% 5,3	933 19,1%
	Total			4886
	$\chi^2 = 28,077 (0,000)$ Odds ratio = 0,371			

Fonte: TSE

Por fim, a tabela 7 mostra que a variável *incumbency* afeta, de modo interessante, a relação entre gênero e financiamento político. Entre os candidatos que não são incumbents, as mulheres são sistematicamente menos financiadas que os homens, tanto na eleição para as assembleias legislativas, quanto na eleição para a Câmara dos Deputados. O quadro se inverte, no entanto, entre os *incumbents*. Neste subgrupo de candidatos, as mulheres são mais financiadas que os homens. O valor médio arrecadado pelas candidatas à reeleição para as assembleias legislativas é 11,8% maior que o valor levantado pelos candidatos. Em termos de valor mediano, a diferença vai a 50%. Estas diferenças são ainda maiores na disputa pelas cadeiras da Câmara: respectivamente, 29,4% e 42,3%.

Tabela 7 – Estatísticas descritivas de financiamento para candidatos a deputado estadual e federal em 2010. Comparação por incumbency e gênero (% do financiamento total para o cargo, no estado)

			25º percentil	Mediana	Média	75º percentil	N
DEPUTADO ESTADUAL	Incumbents	Homens	0,01	0,03	0,19	0,16	648
		Mulheres	0,00	0,02	0,17	0,10	78
	Outros	Homens	0,54	0,96	1,24	1,63	9310
		Mulheres	0,56	1,00	1,36	2,05	2560
DEPUTADO FEDERAL	Incumbents	Homens	0,95	2,08	3,06	3,60	325
		Mulheres	1,05	2,96	3,96	5,08	30
	Outros	Homens	0,00	0,02	0,46	0,17	3628
		Mulheres	0,00	0,01	0,31	0,08	903

Fonte: TSE

Usamos regressão logística para testar a hipótese de associação positiva e significativa entre financiamento e desempenho nas eleições brasileiras de 2010 para deputado estadual e federal. A variável dependente “desempenho eleitoral” é uma variável *dummy*. A variável indica se o candidato encontra-se ou não no grupo dos mais votados, conforme o número de cadeiras em disputa em cada distrito. Os candidatos mais votados foram codificados com 1 e os demais com 0. A discussão anterior justificou a inclusão de outras variáveis e termos de interação no teste da hipótese, para controlar o efeito exercido por esses elementos. A variável “*incumbency*” é uma variável *dummy*: os *incumbents*, isto é, os candidatos à reeleição para o mesmo cargo, foram codificados com 1 e os demais com 0. A variável “gênero” é outra variável *dummy*: as candidatas foram codificadas com 1 e os candidatos com 0.

Foram incluídos os termos de interação entre financiamento e incumbency (financiamento*incumbency); financiamento e gênero (financiamento*gênero); incumbency e gênero (incumbency*gênero) e entre os três elementos, simultaneamente (financiamento*incumbency*gênero). Buscou-se o modelo de regressão logística mais ajustado, cargo a cargo. O procedimento adotado foi o seguinte. Em primeiro lugar, rodamos modelos apenas com a variável independente principal. Em seguida realizamos testes para comparar a capacidade explicativa deste modelo univariado com a de modelos alternativos, que incluíam as outras variáveis e interações pertinentes¹⁵. A tabela 8 apresenta os resultados encontrados.

Conforme previsto pela hipótese deste trabalho, a variável independente principal “financiamento político” apresentou um efeito positivo e significativo sobre a variável dependente “desempenho eleitoral”. Em média, o aumento de um ponto percentual na proporção de financiamento recebido por um candidato a deputado estadual, em relação ao total recebido por todos os candidatos ao mesmo cargo, no mesmo distrito, aumenta em 12,7 vezes a chance deste candidato de estar entre os mais votados. No caso de um candidato a deputado federal, a chance aumenta em cerca de duas vezes.

Os resultados da análise também confirmam a importância de *incumbency* para o desempenho eleitoral. Em média, a chance de um deputado estadual que se candidata à reeleição de estar entre os mais votados é quase 80 vezes maior que a de outros candidatos. No caso de um deputado federal, a chance é quase 60 vezes maior.

Gênero é outra variável que parece afetar o desempenho eleitoral. Em média, a chance de uma candidata a deputado estadual de estar entre os mais votados corresponde a 54,9% da mesma chance de um candidato a este cargo, controlando-se pelo efeito das outras variáveis e interações relevantes. No caso de uma candidata a deputado federal, a chance de estar entre os mais votados corresponde a 39,1% da mesma chance de um candidato.

¹⁵ O teste utilizado na comparação foi o seguinte: subtraímos do valor do teste -2 Log Likelihood do modelo univariado o valor do mesmo teste para o modelo bivariado ou multivariado. A diferença obtida foi comparada com o valor apontado na tabela de qui-quadrado como o valor necessário para uma chance de erro igual ou inferior a 5% em afirmar que o modelo mais completo é superior ao univariado (com grau de liberdade igual ao número de variáveis novas acrescentadas ao modelo mais completo) Quando o valor obtido pela subtração foi igual ou superior ao valor apontado na tabela do qui-quadrado, o modelo mais completo foi considerado de melhor ajuste aos dados.

A interação entre financiamento e incumbency apresentou um efeito negativo e significativo em ambos os modelos. Isso significa que, entre os incumbents, o impacto do financiamento político é menor do que entre os desafiantes. Portanto, os resultados encontrados neste trabalho apresentam evidências, no caso brasileiro, de existência do “efeito Jacobson”, algo que já foi apontado pela literatura nacional (Figueiredo Filho, 2009; Peixoto, 2010; Lemos, Marcelino & Pederiva, 2010)¹⁶. Entre os candidatos a deputado estadual, o efeito do aumento de uma unidade da variável independente principal¹⁷ para os incumbents corresponde, em média, a 17,6% do efeito de aumento similar para os desafiantes. Entre os candidatos a deputado federal, o efeito para os incumbents corresponde a 60,3% do efeito para os challengers.

Por fim, a interação entre financiamento e gênero apresentou efeito positivo e significativo nos dois casos. Conclui-se, a partir daí, que o impacto do financiamento político é maior para as candidatas do que para os candidatos. Em média, o impacto do aumento de uma unidade da variável independente principal para as candidatas a deputado estadual é 93,7% maior que o impacto de aumento equivalente para candidatos ao mesmo cargo. Para as candidatas a deputado federal, o impacto é 31,3% maior do que para os candidatos.

¹⁶ Gary Jacobson é referência no estudo do efeito eleitoral do financiamento político. Jacobson observou o fenômeno que leva seu nome ao estudar as eleições para a Câmara dos Representantes nos Estados Unidos.

¹⁷ Ou seja, o aumento de um ponto percentual na proporção de financiamento recebido pelo candidato, em relação ao total recebido por todos os candidatos ao mesmo cargo, no mesmo distrito.

**Tabela 8 – Modelos de regressão logística.
Candidatos a deputado estadual e federal em 2010.**

Teste de razão de verossimilhança				Cox & Snell	Nagelkerke	Modelo						
- 2 LL	χ^2	GL	p				β	DP β	Wald	GL	p	Razão de chances
Deputados estaduais												
3267,050	3529,559	5	,000	,293	,602	Financiamento	2,541	,095	721,921	1	,000	12,679
						Incumbency	4,376	,176	617,782	1	,000	79,486
						Gênero	-,600	,217	7,675	1	,006	,549
						Financiamento* Incumbency	-1,737	,172	101,753	1	,000	,176
						Financiamento*Gênero	,661	,246	7,208	1	,007	1,937
						Constante	-3,949	,081	2386,732	1	,000	
Deputados federais												
1612,568	1443,582	5	,000	,303	,567	Financiamento	,727	,046	245,447	1	,000	2,068
						Incumbency	4,075	,222	337,381	1	,000	58,862
						Gênero	-,940	,314	8,991	1	,003	,391
						Financiamento* Incumbency	-,505	,085	35,172	1	,000	,603
						Financiamento*Gênero	,272	,129	4,422	1	,035	1,313
						Constante	-3,296	,098	1141,220	1	,000	

Fonte: TSE

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese do trabalho, de que haveria uma relação positiva estatisticamente significativa entre financiamento e resultado eleitoral, foi confirmada, mesmo controlando-se por outras variáveis independentes como sexo e incumbency e seus termos de interação.

O trabalho mostrou também que a nossa proposta de medir o sucesso eleitoral pelo critério dos mais votados consegue filtrar a imprecisão com a qual o sistema eleitoral traduz o desempenho individual dos candidatos em vagas. Os modelos de estimação baseados na medição do sucesso eleitoral pelo critério dos “mais votados” são mais precisos que os baseados nos “eleitos”. O nosso indicador desenvolvido para medir a receita por candidato, padronizando os resultados para cargos e estados, também se mostrou superior aos indicadores que usam apenas o valor bruto da receita.

A nosso ver, persistem dois desafios para análises posteriores. O primeiro é sofisticar o critério de capital político utilizado nos estudos sobre financiamento eleitoral. Até o momento, o capital político tem sido tratado principalmente como variável binária (*incumbent* ou não), focalizando a disputa pelo mesmo cargo. Esta concepção nos parece imprecisa e limitada. Incumbency é somente uma forma específica de capital político. Entre os candidatos a deputado federal temos, por exemplo, deputados estaduais e prefeitos, que também possuem significativo capital político. Pela dicotomia adotada em estudos sobre o impacto da reeleição, estes candidatos seriam classificados junto com candidatos novatos, sem nenhuma experiência anterior. Em segundo lugar temos candidatos que disputaram eleições, mas não tiveram êxito. Pretendentes a um cargo eletivo frequentemente disputam eleições sem sucesso antes de ganhar uma eleição. É razoável separar estes candidatos dos outros candidatos sem nenhuma experiência eleitoral prévia. Terceiro, também deve ser avaliado o efeito do capital político associado à ocupação de outras posições de destaque, tais como altos cargos na administração pública municipal, estadual ou federal, ou cargos de direção partidária. À medida que os dados sobre financiamento se tornam mais acessíveis e completos, eles poderão dar pistas para futuras análises sobre a relação entre recursos e sucesso nas urnas.

O segundo desafio é desagregar a análise e estudar separadamente a situação de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal, para verificar se os padrões percebidos nacionalmente repetem-se neles ou não¹⁸. Caso haja diferenças significativas, a imaginação sociológica dos pesquisadores precisará se juntar ao conhecimento mais profundo de cada contexto local para explicar as diferenças anotadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio D. 2007. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, pp. 535 a 577
- ALVARES, Maria Luzia M. 2008. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. Dados, Vol .51, n.4, pp. 895-939
- BOHN, Simone. 2009. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 35, p. 63-89.
- COATE, Stephen. 2004. Political competition with campaign contributions and informative advertising. Journal of the European Economic Association, 2(5), 772–804.
- COFFÉ, Hilde; BOLZENDAHL, Catherine. 2010. Same Game, Different Rules? Gender Differences in Political Participation, in: Sex Roles 62:318–333
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. 2009. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. Dissertação de mestrado em ciência política, PPGCP/CFCH/UFPE.
- HTUN, Mala N. 2005. Women, Political Parties and Electoral Systems in Latin America, in: Julie Ballington, Azza Karam (eds): Women in Parliament: Beyond Numbers. A Revised Edition, IDEA, pp.112-121.
- HTUN, Mala; POWER, Timothy. 2006. Gender, Parties, and Support for Equal Rights in the Brazilian Congress, in: Latin American Politics and Society vol. 48: 4, p. 83-104.

¹⁸ Mancuso & Speck (2012) .fizeram isso para avaliar a associação entre financiamento empresarial e desempenho eleitoral

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. 2000. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective, in: International Political Science Review, Vol.21, No. 4, Women, Citizenship, and Representation, pp. 441-463

JACOBSON, Gary C. 1978. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections, American Political Science Review, 469-491

LEMOES, Leany B.; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. 2010. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. Opinião Pública, Vol. 16, N. 2.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. 2003. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Opinião Pública, Campinas, Vol IX, nº 1, pp. 44-67

MANCUSO, Wagner Pralon. 2012. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. Trabalho apresentado no 8º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Gramado/RS.

MANCUSO, Wagner P; SPECK, Bruno W. 2012. Financiamento empresarial e desempenho eleitoral no Brasil: um estudo das eleições para deputado federal em 2010. Texto apresentado no VIII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, Curitiba/PR.

MARCELINO, Daniel. 2010. Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. Dissertação de mestrado em ciências sociais. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, UnB.

MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa; MANO, Maíra Kubik; SANTOS, Fernando Henrique dos; GORSKI, Caroline. 2012. Mulheres e negros na política: Estudo exploratório sobre desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros, Centro de Estudos de Opinião Pública, Unicamp, Campinas.

MIGUEL, Luís Felipe. 2003. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 20, p. 115-134.

MIGUEL, Luís Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. 2006. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil, Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2).

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. 2003. Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World.

OHMAN, Magnus. 2011. Global trends in the regulation of political finance. Trabalho apresentado na Conferência IPSA-ECPR “Whatever Happened to North-South?”, promovida pela Associação Brasileira de Ciência Política. São Paulo/SP.

PEIXOTO, Vitor de M. 2004. Votos: Valem quanto pesam? O Impacto do Financiamento de Campanhas Eleitorais no Brasil, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ.

PEIXOTO, Vitor de M. 2010. Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. Tese de doutorado em Ciência Política. IUPERJ.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. 2007. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil, Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 pp. 664-683.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. 2009. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006, DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, pp. 301 a 333.

SACCHET, Teresa. 2005. Political Parties: When do they work for Women? Paper prepared for Expert Group Meeting on Equal participation of Women and Men in decision-making processes, with particular emphasis on political participation and leadership, United Nations.

SACCHET, Teresa. 2012. Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas, in Denise Paiva (org.): Mulheres, poder e política, Editora Cànone, pp.159-186.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. 2011. Partidos políticos e (sub)representação feminina nas esferas legislativas: um estudo sobre recrutamento eleitoral e financiamento de campanhas. Trabalho apresentado na Conferência IPSA-ECPR “Whatever Happened to North-South?”, promovida pela Associação Brasileira de Ciência Política. São Paulo/SP.

SACCHET, T; SPECK, B. 2012. Dinheiro e Sexo na Política Brasileira: financiamento de campanha e Desempenho eleitoral das mulheres em cargos legislativos, *mimeo*.

SAMUELS, David. 2001. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil, in: *The Journal of Politics*, Vol. 63, No. 2, Pp. 569–584

STRATMAN, Thomas. 2005. Some talk: Money in politics. A (partial) review of the literature, *Public Choice* 124: 135–156